

ENTRE MUROS E CERCAS: A CONSTITUIÇÃO DA (IN)SEGURANÇA E A SUA VINCULAÇÃO AO PROCESSO DE AUTOSSEGREGAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL

Wilians Ventura Ferreira Souza¹

RESUMO: A construção deste manuscrito possibilita o atravessamento e diálogo sobre temas voltados para a urbanização, cidades, produção do espaço urbano, cotidiano e suas representações. Tem-se por objetivo identificar, dialogar e analisar a constituição da insegurança urbana a partir dos diferentes processos geográficos que, porventura, encontram-se vinculados as tomadas de decisão dos grandes empreendimentos imobiliários que promovem e potencializam o processo de autossegregação e fragmentação socioespacial, alterando de maneira significativa a sociabilidade urbana e suas potenciais trocas. Dadas discussões, problemas e questões resultantes de processos e conflitos engendrados no contexto da cidade contemporânea, possibilitam o estabelecimento de diferentes relações e expressam a existência de uma diversidade significativa e potente. Assim, surge a oportunidade de investigar desde aspectos ligados a dinâmicas complexas e gerais a práticas e discursos subjetivos que orientam os sujeitos para ações objetivas e tomadas de decisão. O debate sobre o público e o privado e a negação da cidade, ou melhor, das trocas e das potencialidades encontradas nela, fazem-se presentes e chamam bastante atenção, sobretudo, pelo atrelamento e vínculo aos processos e as dinâmicas urbanas expressas a partir de diferentes conflitos e intencionalidades. Autossegregação, fragmentação socioespacial, público e privado e segregação socioespacial, insegurança e segurança, são alguns dos conceitos e discussões trabalhados nesse artigo. Para alcançar o objetivo alvitrado foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e leitura de referências clássicas e contemporâneas sobre a temática e, por fim, manuseio e representação de alguns dados estatísticos em torno de diferentes tipologias relacionadas a violência urbana.

PALAVRAS-CHAVE: Insegurança Urbana; Fragmentação Socioespacial; Autossegregação.

BETWEEN WALLS AND FENCES: THE CONSTITUTION OF (IN)SECURITY AND ITS CONNECTION TO THE PROCESS OF SELF- SEGREGATION AND SOCIO-SPATIAL FRAGMENTATION

¹ Mestre e Doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Presidente Prudente (UNESP). wilians.ventura@unesp.br

ABSTRACT: The construction of this manuscript allows the crossing and dialogue on themes focused on urbanization, cities, production of urban space, daily life and its representations. The objective is to identify, dialogue and analyze the constitution of urban insecurity from the different geographic processes that, perhaps, are linked to the decision-making of large real estate projects that promote and enhance the process of self-segregation and socio-spatial fragmentation, significantly altering urban sociability and its potential exchanges. Given discussions, problems and issues resulting from processes and conflicts engendered in the context of the contemporary city, they enable the establishment of different relationships and express the existence of a significant and powerful diversity. Thus, the opportunity arises to investigate from aspects related to complex and general dynamics to subjective practices and discourses that guide the subjects to objective actions and decision-making. The debate about the public and the private and the denial of the city, or rather the exchanges and potentialities found in it, are present and draw a lot of attention, above all, by the connection and link to the processes and urban dynamics materialized from different conflicts and intentions. Self-segregation, socio-spatial fragmentation, public x private and socio-spatial segregation, insecurity x security, are some of the concepts work in this article. To achieve the objective of the objective, the following methodological procedures were performed: survey and reading of classical and contemporary bibliographic references on the theme and, finally, handling and representation of some statistical data around different typologies related to urban violence.

KEYWORDS: Urban Insecurity; Sociospatial fragmentation; Self-segregation.

ENTRE MUROS Y VALLAS: LA CONSTITUCIÓN DE LA (IN)SEGURIDAD Y SU CONEXIÓN CON EL PROCESO DE AUTOSEGREGACIÓN Y FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL

RESUMEN: A construção deste manuscrito possibilita o atravessamento e diálogo sobre temas voltados para a urbanização, cidades, produção do espaço urbano, cotidiano e suas representações. Tem-se por objetivo identificar, dialogar e analisar a constituição da insegurança urbana a partir dos diferentes processos geográficos que, porventura, encontram-se vinculados as tomadas de decisão dos grandes empreendimentos imobiliários que promovem e potencializam o processo de autosegregação e fragmentação socioespacial, alterando de maneira significativa a sociabilidade urbana e suas potenciais trocas. Dadas discussões, problemas e questões resultantes de processos e conflitos engendrados no contexto da cidade contemporânea, possibilitam o estabelecimento de diferentes relações e expressam a existência de uma diversidade significativa e potente. Assim, surge a oportunidade de investigar desde aspectos ligados a dinâmicas complexas e gerais a práticas e discursos subjetivos que orientam os sujeitos para ações objetivas e tomadas de decisão. O debate sobre o público e o privado e a

negação da cidade, ou melhor, das trocas e das potencialidades encontradas nela, fazem-se presentes e chamam bastante atenção, sobretudo, pelo atrelamento e vínculo aos processos e as dinâmicas urbanas materializadas a partir de diferentes conflitos e intencionalidades. Autossegregação, fragmentação socioespacial, público e privado e segregação socioespacial, insegurança e segurança, são alguns dos conceitos e discussões trabalhados neste artigo. Para alcançar o objetivo alvitrado foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento e leitura de referências clássicas e contemporâneas sobre a temática e, por fim, manuseio e representação de alguns dados estatísticos em torno de diferentes tipologias relacionadas a violência urbana.

PALABRAS CLAVE: Inseguridad Urbana; Fragmentación sociospacial; Autosegregación.

INTRODUÇÃO

Este artigo representa a construção de um diálogo teórico-conceitual com o tema da insegurança urbana e os diferentes processos que atravessam os problemas urbanos na contemporaneidade. A sua construção se deu a partir do diálogo com diferentes autores e do exercício de reflexão e síntese para importantes temas da geografia urbana. É, portanto, uma construção teórico-conceitual que convida para o debate alguns dos principais autores que discutem violência, insegurança e autossegregação.

A construção social do conceito de espaço e tempo, percorre, permeia e atravessa as discussões sobre a cidade e sua produção material e imaterial. O conjunto de temas e assuntos tratados neste artigo, possibilitam uma compreensão ampla sobre conceitos importantes e que são atravessados pelas dinâmicas relacionais que compõem diferentes espacialidades e temporalidades.

Ver-se-á uma heterogeneidade da utilização de termos e conceitos na geografia, dada pluralidade se dá a partir da utilização desses conceitos de forma operacionalizada e intencionalmente dirigida para determinados propósitos e investigações. Essa constatação pode ser verificada pelo fato de que muitos geógrafos passam a definir uma relação entre os sujeitos e a natureza por ora deterministas, por ora relacionais e interacionais, possibilitando uma troca mais ativa de ambas as entidades (o humano e a natureza).

A relação entre o natural e o social é construída simultaneamente e um exerce influência sobre o outro a partir de uma perspectiva dialética, nada é absolutamente natural ou social, existe, por assim dizer, uma relação intrínseca entre esses dois conceitos e dada relação é construída em um espaço híbrido que concentra e acumula uma diversidade de símbolos e códigos materializados na cidade (SWYNGEDOUW, 2001).

A relação e a interação entre o público x privado, violência, insegurança, fragmentação e segregação socioespacial, potencializam a leitura e a compreensão da realidade e dos fenômenos naturais e sociais que fazem parte da constituição do mundo, bem como das relações e da edificação dos conceitos, essa visão dinâmica e relacional potencializa não somente os estudos na ciência geográfica, mas também em toda as áreas das humanidades e na construção da teoria social e literária.

É nesse sentido, que o objetivo deste manuscrito é o de evidenciar os problemas decorrentes de uma narrativa em torno do medo e estabelecer um diálogo entre os conceitos de fragmentação socioespacial, autossegregação e público x privado, evidenciando as práticas e comportamentos que levam determinados grupos e sujeitos a um processo de negação da cidade, das trocas e da possibilidade de interação com o outro é, sem dúvida, um desafio que envolve uma boa apreensão, principalmente, dos conceitos de espaço e tempo. Desta maneira, adota-se para a sua construção uma perspectiva relacional, em que as práticas subjetivas orientam ações objetivas e em que o conteúdo produz a forma e a forma produz o conteúdo.

Existe, por assim dizer, um debate necessário e fundamental entre a produção do espaço urbano e as relações sociais estabelecidas a partir do advento da forma e do conteúdo e de temas que são urgentes, como: violência urbana, planejamento urbano, fragmentação socioespacial, segregação socioespacial, autossegregação e público x privado. Uma das questões que

ganham centralidade na discussão teórica e no diálogo construído entre os autores citados neste manuscrito, está na identificação do problema, ou seja, como explicar a cidade fragmentada e, mais profundamente, como identificar os aspectos subjetivos que orientam os sujeitos para práticas objetivas, como a autossegregação e, conseqüentemente, a negação dos espaços públicos e da troca com os divergentes.

Nesse sentido, buscando estabelecer relações históricas, sociais, políticas e geográficas, foram abordadas e desenvolvidas um conjunto de reflexões que aprofundam o conhecimento sobre as estruturas e a produção do espaço. A partir do século XVI, o desenvolvimento do conhecimento científico se deu de forma mecanizada e compartimentada, sobretudo, a partir da condução tecnológica capitalista que reuniu um conjunto de ideias e novas proposições em torno do espaço e tempo, é importante situar e reforçar esse ponto; no capitalismo espaço e tempo ganham um novo significado, logo a cidade aglutina, produz e é produzida por um conjunto amplo, vasto e diversificado de significados construídos das mais variadas maneiras e intensidades.

É possível afirmar que, neste sentido, o capitalismo está sendo revolucionário ao transformar a relação e o entendimento em torno do espaço e tempo a partir dos seus interesses e particularidades, ou seja, o que o capitalismo está fazendo com o espaço e o tempo e o que o capitalismo fez historicamente em relação a esses dois conceitos, foram relevantes movimentos que transformaram a sociedade, as cidades e suas relações.

A ideia da produção capitalista do espaço-tempo é um pensamento relevante de construir uma versão geográfica da economia política marxista. A cidade é a materialização da existência de um conjunto de intencionalidades e objetivos engendrados por diferentes sujeitos, grupos sociais e instituições que possuem uma leitura e interpretação específica e diferenciada do que é o tempo, espaço, sociabilidade, público e privado, segurança e insegurança.

A construção deste artigo surgiu durante a reflexão em torno de assuntos que abordam temas voltados para a urbanização, cidades, produção do espaço urbano, cotidiano e suas representações. Dados temas trazem inúmeras discussões, problemáticas e questões resultantes de processos e conflitos estabelecidos no contexto da cidade contemporânea.

O debate sobre o público e o privado e a negação da cidade aparecem aqui como um assunto secundário, entretanto, chamam bastante atenção, sobretudo, pelo atrelamento e vínculo aos processos e as dinâmicas urbanas materializadas a partir de diferentes conflitos e intencionalidades. Portanto, Investigar como a constituição da insegurança está vinculada ao processo de autosegregação e fragmentação socioespacial através da constituição e existência dos condomínios fechados é um passo importante para a compreensão da totalidade dos conceitos e da realização de uma leitura dialética e relacional do espaço geográfico.

Este artigo está dividido em três principais seções, que objetivam: 1) Estabelecer um diálogo entre os conceitos de fragmentação socioespacial, autosegregação e público x privado, buscando evidenciar práticas e comportamentos que levam determinados grupos e sujeitos a um processo de negação da cidade, das trocas e da possibilidade do contato com o divergente; 2) Evidenciar a possível existência do vínculo entre o discurso do medo e da violência com os processos de fragmentação e autosegregação; 3) Refletir sobre o discurso da violência e os seus impactos sociais, sobretudo, em relação a sociabilidade urbana.

Para alcançar os objetivos propostos foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos: 1) levantamento e leitura das referências bibliográficas clássicas e contemporâneas que abordam ou atravessam as discussões sobre fragmentação socioespacial, autosegregação, segregação socioespacial, público x privado e segurança x insegurança urbana. 2) Trabalho e

representação de alguns dados estatísticos que corroboram para uma leitura sobre a violência urbana.

UM DIÁLOGO EM TORNO DOS CONCEITOS DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL, AUTOSSEGREGAÇÃO E DO PÚBLICO X PRIVADO NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Existe um conjunto de leituras, abordagens e concepções em torno da urbanização, das cidades, entre outros conceitos e temas. Estas leituras, ora se aproximam do urbanismo, ora se aproximam da arquitetura, da geografia etc. A cidade contemporânea e os seus fragmentos se colocam como verdadeiros desafios para a leitura e compreensão das dinâmicas e da totalidade que compõe o urbano, nesse sentido, muitas pesquisas vêm tentando reconstruir pacientemente a partir dos diferentes desafios uma compreensão em torno da fragmentação e dispersão, “procurando colher nas situações pesquisadas as ligações de continuidade ou de oposição com o contexto; de pesquisar a relação entre infraestrutura, fragmentação e dispersão” (SECHI, 2007, p. 116).

218

As mudanças que ocorrem na cidade são resultados de processos que apresentam e representam uma multiplicidade de causas concorrentes, como aponta Sechi (2007), entretanto, a falta de solução para os processos se colocam como barreiras na leitura e na compreensão dessas dinâmicas, os quatro principais problemas e desafios são: a) a emergência em crescente importância do sujeito, b) a emergência de imponentes e simultâneos fenômenos de concentração e dispersão urbana, c) a emergência do cotidiano, d) a progressiva democratização do espaço.

É possível observar ao longo dos séculos e do acúmulo das relações sociais, culturais e políticas que surgiram a partir da cidade, a ocorrência de um embaraço e uma confusão em torno dela, tem-se, uma cidade desconhecida que está se formando a partir do rompimento com a tradição da modernidade e inserção de uma descontinuidade na história da cidade ocidental. Nesse sentido, a

fragmentação da cidade e sua transformação em ilhas, potencializou um certo higienismo, a técnica dos transportes e a urbanística moderna têm, progressivamente, afastado entre si, imergindo-as em um espaço urbano sempre mais dilatado.

As mudanças e as transformações, principalmente, a partir da globalização possibilitou o surgimento de uma série de dinâmicas que se dão e se materializam no Espaço Urbano. É nesse intenso processo de transformações econômicas, políticas e sociais, que a cidade também é modificada, um ponto interessante e que vale sempre ser lembrado é essa relação dialética entre macroestruturas como a economia e a cultura de um determinado território que foi modificada a partir de um intenso processo de globalização e da divisão social do trabalho.

O capitalismo por consequência das crises que fazem parte do seu sistema, cria e recria um conjunto de formas de produção e reprodução do espaço para que haja uma constante acumulação do capital. As transformações socioeconômicas, políticas, e culturais ocorridas em decorrência da ascensão do pós-fordismo, neoliberalismo e globalização impactam significativamente no processo de reestruturação do espaço urbano, sobretudo, das grandes cidades.

A reprodução do espaço é uma importante estratégia de acumulação do capital, nesse processo se vincula a hegemonia do capital financeiro ao imobiliário da destruição, construção e reconstrução dos espaços, assim “a reprodução econômica muito se realiza por meio da produção do espaço, estando a esfera material de sobremaneira ligada àquela do território entendido enquanto permeado de relações de poder” (MOTTA, 2017, p. 3).

É nesse processo de interação econômica, política e social que a segregação socioespacial se apresenta como característica inerente ao meio urbano em economias capitalistas, a cidade ordenada pelo modo de produção capitalista simboliza um conjunto de desigualdades materializadas de variadas formas, a partir de diferentes processos e intensidades. Toda essa estrutura e conjuntura

produz um conjunto de sentimentos e subjetividades que atrelados a intencionalidades do mercado imobiliário conduzem sujeitos a negação da cidade e ao processo de autossegregação.

A fragmentação da cidade é marcada pela perda da unidade espacial, como apontam Prévôt-Schapira (2001), Sposito (2011) e Mendes (2011). Nesse sentido, a falta de coesão entre as áreas urbanas evidencia a ação e a apropriação do espaço de forma cada vez mais parcelar e fractal, “pois cada grupo social atua de forma segmentada de acordo com suas particularidades: renda, escolaridade, perfil cultural, idade, estilo de vida” (MOTTA, 2017, p. 3).

A divisão da cidade em partes (fragmentos) que podem ser individualizadas, a partir da identificação dos diversos padrões de uso e ocupação do solo, bem como dos níveis de provimento das infraestruturas, mais particularmente das redes de mobilidade de matéria (pessoas e bens) e informação. Esses níveis, por sua vez, definem o grau de integração de cada uma das partes com as demais e, até mesmo, com as de outras cidades do país e do exterior (LACERDA, 2012, p. 22).

A ideia de que a segregação possui variadas causas como a desigualdade de renda (entre grupos sociais e indivíduos) é correta, tendo em vista que representa a busca de status de determinados segmentos sociais, a segregação é, portanto, considerada um fenômeno multidimensional. A partir das mudanças econômicas e políticas, sobretudo, pós transição do modo de regulação fordista para uma crescente internacionalização da economia (pós-fordismo, acumulação flexível, globalização), é possível notar e evidenciar um modelo de cidade caracterizado cada vez mais a partir das desigualdades, integração e mobilidades sociais. Da mesma maneira que a segregação, a fragmentação deve ser entendida e percebida como um conceito polissêmico e um fenômeno multidimensional, sua adoção dependerá do contexto em que for utilizada e adotada.

Santos (1990) foi um dos primeiros pesquisadores a trabalhar com o conceito e a ideia de fragmentação no Brasil no livro “Metrópole corporativa

fragmentada: o caso de São Paulo”. Entretanto, a ideia de fragmentação adotada por Santos (1990) se remete à relativa imobilidade dos pobres, o que acaba se configurando quase que em uma situação de isolamento, “quando ocorre a imobilidade – e, portanto, isolamento – total dos pobres, a cidade criaria verdadeiros guetos e transformaria sua fragmentação em desintegração” (MOTTA, 2017, p. 5).

A possibilidade da reprodução de um espaço simultaneamente homogêneo e fragmentado se dá tendo em conta o poder político e a ação política de seus aparelhos administrativos que difundem a racionalidade do urbano baseada nos ciclos de acumulação do capital. Fragmentado, o espaço se hierarquiza ao se estabelecerem funções e o lugar de cada um na cidade: “espaços residenciais, espaços comerciais, espaços de lazer, espaços para os marginais” (LEFEBVRE, 1991, p. 7).

A integração entre o capital financeiro e o capital imobiliário contribui para o aprofundamento da segregação socioespacial. Essa segregação é resultado dos processos de valorização imobiliária e de fragmentação, homogeneização e hierarquização do espaço urbano. Nesse sentido, os mais abastados se segregam e produzem espacialidades divididas e fragmentadas como os condomínios residenciais fechados e os shopping centers, assim “em última instância, a radicalização da tríade homogeneização-fragmentação-hierarquização culmina na anti-cidade, na não-cidade, onde a unidade da diversidade é perdida” (MOTTA, 2017, p. 6). Esse novo momento histórico da cidade está marcado por complexos padrões e é fluída, fragmentada, descentralizada, constituindo-se na chamada cidade fractal.

Figura 1 – (Des)encontro entre Paraisópolis e o bairro do Morumbi

Fonte: Tuca Vieira, 2004.

Os condomínios fechados materializam assertivamente o reflexo de uma cidade fractal já que são espaços privatizados, fechados e monitorados para a residência, consumo, lazer ou para o trabalho. Os condomínios fechados foram inicialmente pensados e idealizados como uma possível solução para os problemas que permeiam à violência urbana e a “sensação” de insegurança. Atualmente esses enclaves/condomínios fechados sofreram algumas mudanças, assim, os ditos enclaves fortificados se diversificaram e não podem ser mais entendidos como espaços apropriados e ocupados somente pela alta classe como era no início do seu processo de idealização e construção, já que houve uma disseminação de práticas securitárias para habitação de grupos de média e baixa renda que se multiplicaram nas periferias pobres.

Dessa forma, percebe-se que a convivência entre iguais, sobretudo, em termos de classe e raça, promove a sensação de segurança, de pertencimento a um “lugar comum”, enfim, de identidade que possui um recorte sociocultural e

econômico. Este “lugar comum” é, na verdade, um exemplo de não-lugar na medida em que tempo e espaço desaparecem – não se percebem relógios, nem janelas nesses ambientes. Uma espécie de bolha na qual são isolados todos os problemas reais da cidade (violência, trânsito, poluição sonora e atmosférica, pobreza, mendicância etc.) e tem-se um ambiente neutro, de padrão internacional. Essa bolha é um fragmento que está isolado ou pouco conectado com a cidade ao seu redor.

O discurso construído em torno da “crise”, “decadência” e “regressão” dos espaços públicos na cidade é erigido sobre o argumento de que essa atual “crise” estaria vinculada a ideia de que o crescente individualismo da sociedade moderna triunfou e os sujeitos perderam a confiança e o interesse nas experiências comuns e coletivas praticadas na cidade. O boom dos condomínios fechados cada vez mais protegidos do “outro” é um exemplo didático dessa crise e dificuldade.

Habermas (1984) acaba por reconhecer que o potencial completo da concepção burguesa de esfera pública nunca fora concretizado na prática, pois, os espaços fundamentais de exercício da esfera pública politicamente ativa no início da Era Moderna, os famosos cafés franceses entre 1680 e 1730 e os salões ingleses que funcionaram entre a regência e a revolução, não eram acessíveis a todos. Já a filósofa Hannah Arendt (1994), realiza uma leitura e discussão sobre o que ela chama de espaços públicos, sua leitura traz uma interessante percepção geográfica e uma valorização da política da vida pública, tornando relevante a espacialidade do fenômeno.

A pós-modernidade e o pós-modernismo aparecem como um processo que provocou o surgimento de diferentes teses, opiniões e ideias acerca do fim dos espaços públicos, espaços estes cada vez mais marcados pela privatização e fragmentação socioespacial. Fala-se muito na superação do pós-modernismo, isto é, a superação do racionalismo/funcionalismo que são características do urbanismo moderno. Em oposição a essa ideia presente no urbanismo moderno,

o pós-modernismo nega o universalismo e a generalização, é nesse sentido que a cidade ganha uma conotação cada vez mais fragmentada e polissêmica, é a materialização de uma colagem (AMENDOLA, 2000).

A questão central observada é que com o passar do tempo essas distinções entre público e privado e as relações que se dão nessas esferas sofreram uma mistura e junção que propiciou o surgimento de espaços juridicamente privados, mas que são frequentados de maneira pública, a exemplo dos Shopping Center, galerias e cafés. O que ocorre, de fato, é que esses espaços privados utilizados por uma parcela homogênea da população ou por uma determinada classe, provocaria a perda da troca e do conhecimento do outro e da diversidade.

No Brasil, o debate sobre a tese do fim dos espaços públicos tem ganhado novos contornos e elementos, sobretudo, a partir dos estudos de Caldeira (2000) e Serpa (2007), possibilitando uma reflexão sobre o fim dos espaços públicos especialmente nas cidades brasileiras. O livro de Caldeira (2000), por exemplo, acaba relacionando uma série de outros processos geográficos como a segregação urbana e o surgimento de muros representados pelos enclaves residenciais e pelo processo de autosegregação enquanto marca da negação da cidade.

É nesse ponto que os conceitos trabalhados neste artigo se unem e potencializam o entendimento e a reflexão sobre o discurso do medo e da insegurança enquanto importantes conceitos catalizadores das tomadas de decisão e, sobretudo, da valorização do privado em detrimento do público, da busca pelo homogêneo culminando, por assim dizer, na negação da cidade enquanto espaço de troca e diferença.

A (IN)SEGURANÇA URBANA E A SUA VINCULAÇÃO AOS PROCESSOS DE FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E AUTOSSEGREGAÇÃO

O medo produzido pela violência urbana e pelo potente investimento que se faz nos meios de comunicação sobre a temática, é uma questão central deste tópico já que reúne não somente um dado absoluto vinculado às múltiplas violências urbanas, mas também um conjunto de subjetividades que orientam a população urbana para práticas objetivas e tomadas de decisão que corroboram cada vez mais para um processo de autosegregação e fragmentação nos mais variados sentidos. Assim, compreender como o medo da violência urbana cada vez mais difundido e exacerbado se incorpora ao processo de urbanização e ao tecido da cidade é, sem dúvida, um ponto alto deste manuscrito.

Como observam Queiroz e Lacerda (2005), a reflexão em torno da produção espacial urbana sob a égide do medo, tendo em vista suas repercussões no plano urbanístico e no cotidiano, bem como seus reflexos na dinâmica do problema, apesar de constituir uma nova perspectiva de análise, nos coloca diante de um emaranhado de possibilidades e desafios teórico-metodológicos. Já há algum tempo a relação entre cidade, violência e medo constituem objeto de interesse das mais diversas áreas do conhecimento revelando-se um aporte significativo e valioso para a ciência e para nossas pretensões.

O debate sobre a violência urbana e o medo não é recente, nesse sentido, considera-se importantes os trabalhos de autores como Arendt (1994), Delumeau (1996), Adorno (1992) e Souza (1995). Autores que desenvolveram significativas reflexões acerca do medo, da insegurança e do seu impacto na sociabilidade humana e urbana. As soluções implantadas para mitigar a violência e o medo em tempos pretéritos vem sendo cada vez mais apropriada pelos setores da segurança urbana e tem seu uso potencializado a partir do discurso midiático e privado. As soluções propostas no passado assemelham-se as novas propostas

de intervenção tendo como centralidade modernas estruturas, equipamentos e serviços de segurança privada.

A materialidade desse processo histórico, social e cultural, pode ser observada a partir do surgimento de muros, muralhas, plataformas, grades, cercas elétricas, porteiros e vigias eletrônicos, guarita, segurança armada e motorizada, circuitos de TV e monitoramento etc. Esse contexto já faz parte de centenas de cidades brasileiras, incluindo-se as cidades médias e pequenas cidades (SPOSITO; GÓES, 2013).

A grande diferença da constituição dos mecanismos de proteção do passado aos que existem na cidade contemporânea se concentra no fato de que a cidade do passado protegia os cidadãos dos forasteiros e bárbaros vindos de fora, hoje esse processo de defesa ao medo e a violência se estabelece no nível intraurbano, o que revela uma nova posicionalidade para o “inimigo” a ser combatido ou pelo menos evitado, “arcaicas ou modernas essas práticas tornam-se cada vez mais recorrentes e, uma vez motivadas pelo medo da violência urbana, vêm sendo legitimadas pela opinião pública, ganhando inclusive a adesão dos segmentos mais pobres da população urbana” (QUEIROZ; LACERDA, 2015, p. 5).

O medo tornou-se um padrão de comportamento psicossocial como relatou Adorno (1992), ainda que a violência não seja o único processo que produz dado comportamento que porventura orienta e direciona estes sujeitos para tomadas de decisão. Existem outros fatores e elementos que acompanham a escalada do medo e da insegurança, como por exemplo a incerteza em relação ao futuro, crescimento desordenado das cidades, má distribuição dos equipamentos urbanos e seus recursos infraestruturais.

A difusão do medo e as estratégias adotadas para isso, em grande parte, compõe um conjunto de intencionalidades que visam a dominação social e política dos indivíduos. Pode-se afirmar que a produção do espaço social embute,

invariavelmente, estratégias de controle social, onde o medo é um ingrediente de fundamental importância. Nesse sentido, não parece nenhum absurdo se falar na existência de uma cultura do medo, em particular na sociedade urbana contemporânea.

O discurso da insegurança e do medo é compreendido para alguns autores como Caldeira (2000), Fry e Duarte (2006) e Garland (2001), como um conceito produzido e instrumentalizado intencionalmente pelos grupos hegemônicos visando legitimar ações que reforçam e potencializam a segregação, exclusão e fragmentação da sociabilidade humana no contexto da cidade contemporânea. O produto das relações estabelecidas por esses grupos pode ser verificado a partir da constituição de um arquipélago socioespacial urbano marcado cada vez mais pelo surgimento de enclaves territoriais seletivos e elitistas cada vez mais protegidos “dos de fora” e que se situam fora da esfera pública da cidade da diversidade, do outro, do diferente etc.

O medo da violência urbana vem sendo cultivado enquanto uma característica/produto homogêneo, assim, quando a violência é registrada mais intensamente em cidades como o Rio de Janeiro e exibidas internacionalmente possuindo um alcance incalculável, transforma e induz a existência do fenômeno enquanto um processo homogêneo e que atinge a todos invariavelmente, internaliza-se o medo da violência como um elemento indissociável da vida na cidade, seja ela pequena, média ou grande.

É evidente que todos os Estados Nacionais estabelecem lutas, conflitos e projetos visando solucionar ou sanar as questões que envolvem as diferenças sociais que acabam por distinguir os habitantes de um determinado território, entretanto, a maneira como alguns Estados realizam esses esforços são problemáticas como os casos da escravidão, migração forçada etc. Solucionar ou apresentar projetos nacionais talvez seja um dos maiores desafios dos Estados na atualidade, “os conflitos entre cidadãos aumentaram significativamente com as

extraordinárias democratização e urbanização do século XX” (HOLSTON, 2013, p. 21).

Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) surge como uma imagem e símbolo da cidadania, ou pelo menos, da luta pela emancipação da classe trabalhadora mais pobre que se via representada em um dos maiores líderes/símbolos do país. A ascensão de Lula, bem como do Partido dos Trabalhadores (PT), representa uma mudança nas relações sociais e na forma como os pobres são vistos e compreendidos na sociedade. Ao mesmo tempo, o consumo entre as populações mais pobres é potencializado e as desigualdades entre os muito ricos e os muito pobres cresce proporcionalmente, ou seja, ainda que durante os governos de Lula as pessoas mais pobres alcançaram um importante patamar de cidadania, dada evolução não diminuiu as desigualdades entre os muito ricos e os muito pobres, os pobres ficaram menos pobres e os ricos ficaram ainda mais ricos.

As desigualdades mencionadas anteriormente fomentam e potencializam os conceitos aqui debatidos, assim, a violência urbana está intrinsecamente ligada aos conceitos de fragmentação socioespacial, autossegregação e segregação socioespacial. Esses termos descrevem a divisão e separação de diferentes grupos sociais em espaços urbanos, levando a uma série de disparidades e desigualdades que alimentam a violência e a diferença enquanto um marcador da desigualdade.

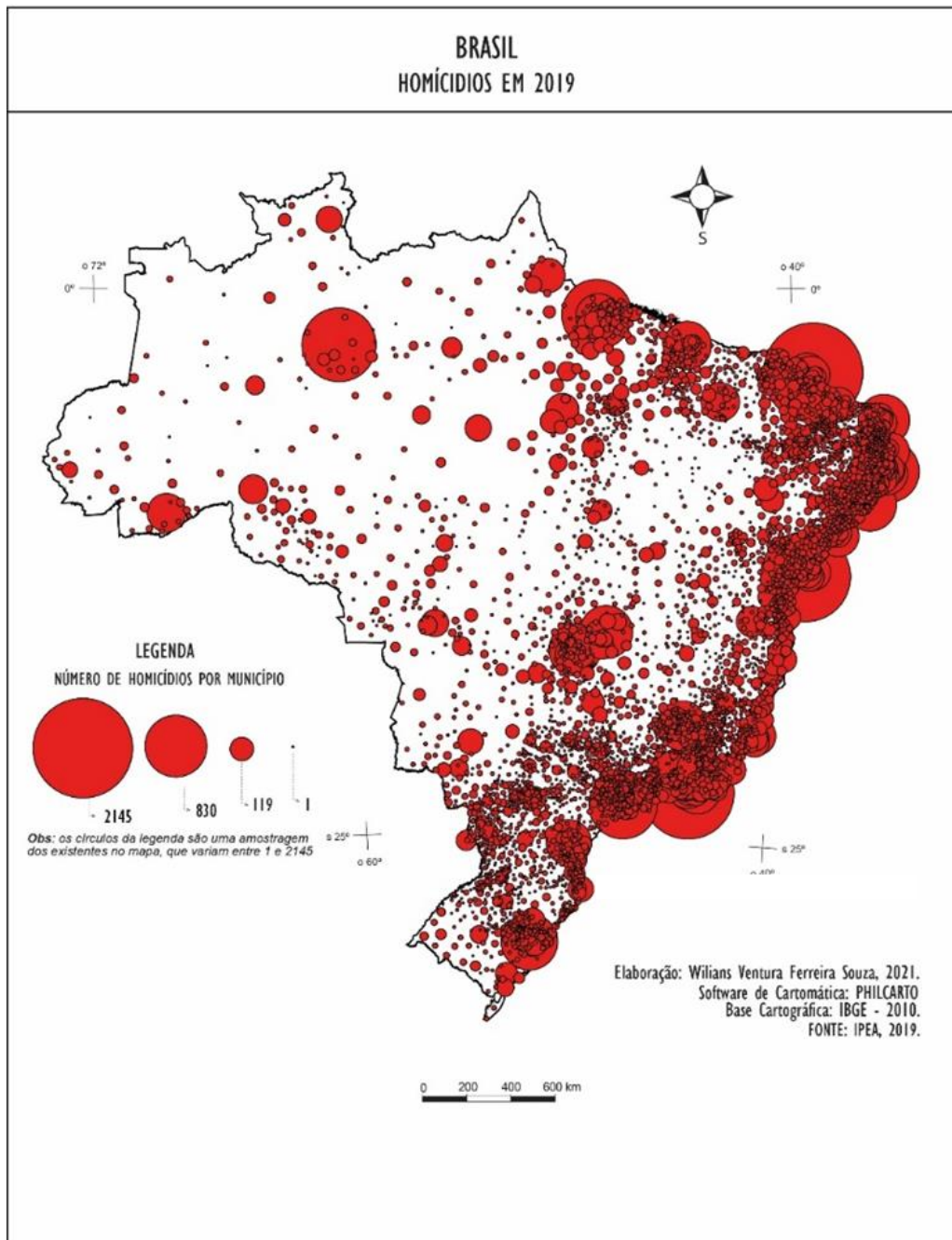
A fragmentação socioespacial refere-se à divisão física e social do espaço urbano em áreas distintas, geralmente segregadas por classe social. Essa fragmentação cria bairros e comunidades com características socioeconômicas e infraestruturais diferentes, evoluiu em disparidades no acesso a serviços básicos, como educação, saúde, transporte e segurança.

A segregação socioespacial, por sua vez, refere-se à separação intencional ou involuntária de grupos sociais diferentes em áreas específicas da cidade. Essa segregação pode ocorrer com base em fatores como classe social, etnia, religião ou origem geográfica. Quando grupos diferentes são segregados em áreas

distintas, cria-se um contexto propício para a formação de estereótipos, preconceitos e hostilidades.

A fragmentação e a segregação socioespacial podem levar à formação de bolsões de pobreza, onde as condições de vida são precárias e o acesso a serviços essenciais é limitado. Essas áreas muitas vezes enfrentam altos índices de criminalidade e violência, devido à falta de oportunidades expressas nas desigualdades sociais. A concentração de áreas de pobreza e a falta de infraestrutura adequada estão funcionando para um ciclo vicioso de violência, onde a criminalidade se torna uma realidade cotidiana.

Além disso, a segregação socioespacial também influencia a atuação das forças de segurança. Em algumas áreas, a presença policial é mais intensa e agressiva, enquanto em outras é escassa ou ineficiente. Isso cria um sentimento de marginalização e falta de confiança nas instituições, levando a um ciclo ininterrupto de violência.

Figura 2 – Brasil, homicídios em 2019.

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2019). Elaboração do autor (2023).

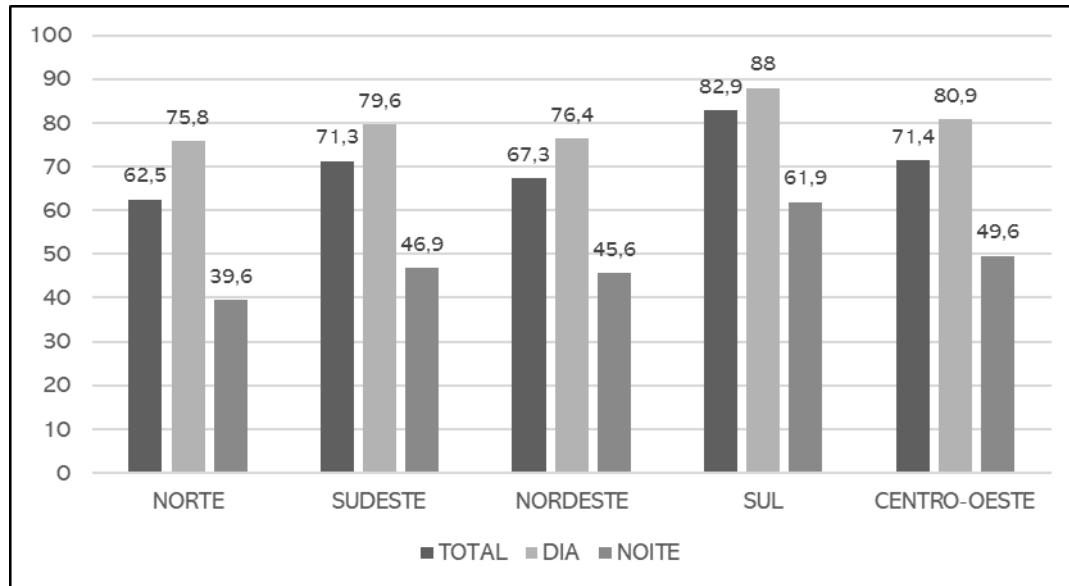
É possível constatar desde a figura 1 que a espacialização da violência representada a partir de uma das possíveis tipologias (homicídio) é, de fato, generalizada, entretanto, atinge de uma maneira mais intensa as grandes cidades como Fortaleza que acumulou um total de 2145 homicídios, Rio de Janeiro com

1845, Salvador com 1763, Manaus com 1187, Belém com 1072, São Paulo com 1011, entre outros.

Ao mesmo tempo que se observa um aumento na participação política e democrática da classe trabalhadora, também é possível observar o surgimento massivo de novas formas de violências, injustiças e impunidades que atingiram em cheio essa parcela da população que havia alcançado condições básicas de sobrevivência. Assim, as cidades brasileiras passam a vivenciar e a incorporar uma sensação generalizada do medo, sobretudo, do medo do outro, tem-se nesse processo a criminalização do pobre e periférico, um aumento da violência policial, abandono dos espaços públicos e, principalmente, a fortificação das residências.

É possível verificar a materialização do medo e de sua produção a partir dos dados gerados pela Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD, 2022), que avaliou o nível de segurança e insegurança dos brasileiros. Para além dos aspectos gerais, a pesquisa revela um recorte racial e de gênero que evoca a necessidade de um olhar interseccional para os assuntos que atravessam a violência urbana e a (in)segurança, o estudo mostrou que os homens se sentem mais seguros que as mulheres, além disso, o grau de segurança das pessoas que moravam em áreas rurais superava o das áreas urbanas.

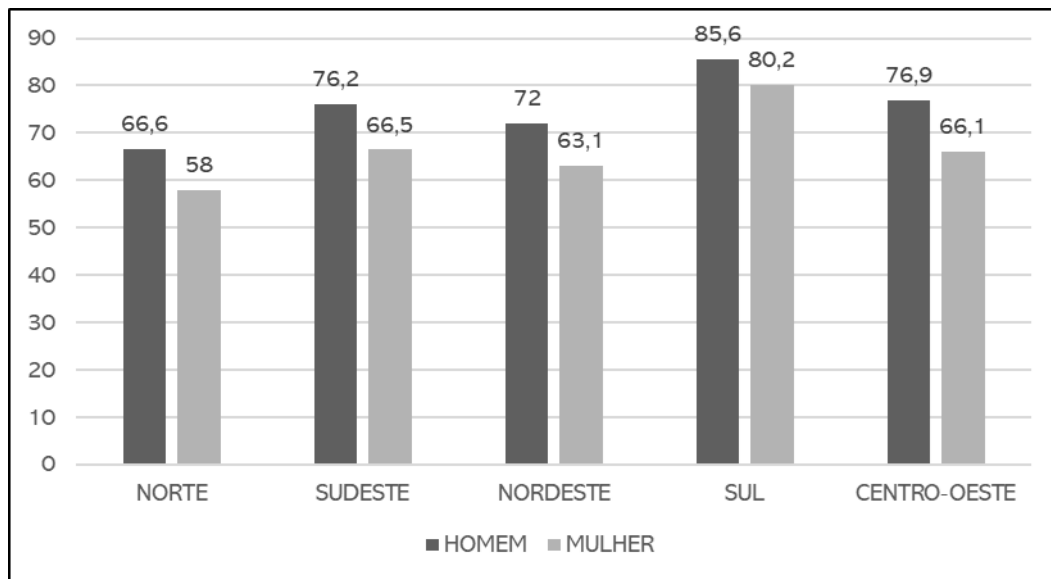
Gráfico 1: Pessoas que se sentem seguras ao andar sozinhas nas redondezas ou arredores do domicílio (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (2021). Elaboração do autor (2023).

Os dados evidenciam que a sensação de segurança diminui em todas as regiões no período noturno. Isso se estabelece por diferentes motivos, sobretudo, pela incidências dos crimes violentos no período da noite, pela redução da circulação de pessoas e, pela diminuição do policiamento. Em aspectos gerais, a região norte e nordeste possuem a menor média percentual de segurança, enquanto o sul e centro-oeste possuem a maior sensação de segurança.

Gráfico 2 – Pessoas que se sentem seguras ao andar sozinhas nas redondezas ou arredores do domicílio – por sexo (%)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio, 2021. Elaboração do autor (2023).

O gráfico 2, evidencia uma das interseccionalidades apontadas anteriormente. Os homens se sentem mais seguros que as mulheres, o que explicita um conjunto de violências materializadas sobre os seus corpos, são variadas as violações direcionadas às mulheres no contexto das cidades brasileiras, o que produz uma sensação de medo e insegurança, que gera uma espacialidade diferenciada e uma nova maneira de vivenciar e produzir o urbano.

Para além da insegurança verificada a partir dos dados apontados, existe uma lógica de produção privada da cidade que culmina em uma fragmentação ainda maior. As formas de privatização dos espaços públicos se intensificam e se multiplicam à medida que diferentes sujeitos passam a atravessar esses espaços e reivindicar condições e tratamentos igualitários, o que se tem é um reconhecimento explícito da força das demandas contemporâneas por igualdade. Também é possível observar a construção de novos espaços destinados a sujeitos específicos, evita-se o contato, a troca e, principalmente, o conflito com o outro/diferente.

O assunto da insegurança urbana assume hoje uma posição central quando se discute os desafios da cidade contemporânea, dado tema se encontra atrelado

às veementes discussões sobre a violência e a criminalidade urbana, bem como dos sentimentos provocados a partir dessa dinâmica, isto é, o medo e a insegurança.

O que cabe ser destacado é que o crescimento do sentimento de insegurança e medo estão vinculados, por um lado, a generalização e aumento real nas taxas de criminalidade nas cidades brasileiras, sobretudo, em relação aos crimes violentos como evidencia o a figura 1. Peralva (2000) relata que a ampliação da sensação de insegurança está ligada ao aumento da violência de modo geral que ocorreu, principalmente, no período da redemocratização do Brasil. Constatase que o retorno da democracia foi acompanhado da generalização dos comportamentos violentos que expressam uma fragilidade da relação com a lei e os surgimentos de novos desafios, resultado de significativas mudanças estruturais e sociais.

As transformações sociais e históricas vivenciadas no Brasil e a sua vinculação indireta a explosão da criminalidade e da violência espacializada de uma maneira generalizada, influenciou novas estratégias e comportamentos que visavam a “prevenção” à violência e a mitigação dos sentimentos de medo e insegurança. Observa-se, portanto, um processo de segregação e fragmentação representados pela construção de espaços hierarquicamente organizados e divididos, pela composição de muros e diferentes maneiras de controle social e humana como uma resposta à violência e a “desordem” urbana.

A violência e o medo no contexto urbano devem ser vinculados aos processos geográficos que apresentam uma falsa resposta a essas sensações incontroláveis. Cada vez mais o número de espaços residenciais fechados aumenta e verdadeiras centrais de monitoramento e segurança são construídos, entretanto, mesmo com tamanho investimento os dados de violência permanecem estáveis e representam a relação de um conjunto de dados que se interseccionam e sobrelevam a temática na atualidade. Para além dos enclaves, a

privatização, cercamento e a fortificação de espaços concebidos como abertos à livre circulação das pessoas constituem uma das faces desse fenômeno que possui profundas implicações no comportamento e no hábito dos moradores urbanos.

CONCLUSÃO

O objetivo da construção deste manuscrito foi o de estabelecer um conjunto de relações entre a produção sociopolítica de alguns comportamentos e sentimentos, sobretudo, o medo e a insegurança dentro das dinâmicas de produção do espaço urbano. Nesse sentido, a análise e vinculação de conceitos como autoss segregação, fragmentação socioespacial e público x privado, são processos geográficos que evidenciam a negação da cidade e das trocas oferecidas por ela.

A conceituação do medo e da insegurança é produzido por uma suposta violência generalizada, é importante evidenciar que assim como os outros sentimentos, vide o amor, ódio, esperança etc. o medo acaba por ser um sentimento construído a partir dos valores que compõem uma determinada sociedade e contexto histórico, político, econômico e cultural. O medo é uma construção sociopolítica que potencializa determinadas práticas e organizações em detrimento de outras. Em uma sociedade capitalista e em um território desigual como o Brasil, esse sentimento é falsamente “superado” através do erguimento de muros e da construção de verdadeiros fortes buscando-se evitar o outro e os símbolos e imagens que representa.

Na atualidade, o medo e a insegurança acabam por ser associados e projetados no outro, no diferente, naquele corpo que é visto como uma parte não integrante da totalidade, cria-se a partir desta perspectiva e leitura um conjunto de normas, leis, regras e comportamentos sociais que produzem fragmentos e rupturas não somente no sentido material da produção da cidade, mas também

das relações e da forma como as pessoas vivem suas relações e a sociabilidade urbana.

Essa projeção e associação do medo e violência ao outro, tem sido constantemente reforçada e potencializada por setores estratégicos da sociedade como observado nos tópicos anteriores, um exemplo fundamental desta produção é o comportamento desempenhado pela mídia e pelos meios de comunicação, que incessantemente realizam críticas superficiais a problemas estruturais e acabam por compreender o medo e a violência como produtos de sujeitos específicos, estigmatizando-os e produzindo um olhar da diferença que se transforma em desigualdades expressas e materializadas na cidade.

Os sentimentos anteriormente mencionados são percebidos como padrões de verdade, e o medo e a insegurança advêm de ameaças “externas”, presentes nas ruas e nos espaços públicos que precisam ser evitados; deve-se voltar para dentro dos lares, locais seguros e protegidos. A construção deste contexto potencializa não somente o privado em detrimento do público, mas um conjunto de estratégias orientadas e produzidas por determinados sujeitos produtores do espaço urbano como, por exemplo, os empreendimentos imobiliários de médio e alto luxo e o surgimento massivo de Shopping Centers.

Cada vez mais, nos últimos anos o medo e a insegurança são produzidos e ligados diretamente a certos espaços públicos e aos “miseráveis”. Sob novas fisionomias e utilizando algumas das estratégias dos anos 60 e 70, as políticas de segurança pública hoje na América Latina, fortalecem processos em que “juízes” e “autores” são pessoas necessárias à “limpeza” do corpo social “enfermo”, é o que ocorre com os grupos de extermínio. Para esses “enfermos” - percebidos como perigosos e ameaçadores - são forjadas identidades (como se todos os pobres fossem iguais), onde suas formas de sentir, viver e agir são tornadas homogêneas, percebidas como inferiores e por isto, desqualificadas.

A discussão e debate em torno da violência urbana ganhou significativa projeção nas últimas décadas, dado processo acompanhado mudanças estruturais relacionadas aos aspectos econômicos, culturais e políticos. Hughes (2004) lembra que o crescimento da violência urbana, sobretudo, nas regiões metropolitanas levou a uma redefinição do problema como uma das principais questões a serem enfrentadas nos projetos urbanísticos desses aglomerados.

Apesar da violência ser um dado importante sobre as condições estruturais e estruturantes da sociedade, a maneira como o discurso sobre ela foi construída e sustentada possibilitou o surgimento de um conjunto de leituras do medo do urbano diante da insegurança eminente e incontrolável. Os meios de comunicação tiveram um papel fundamental na difusão da violência e dos dados estatísticos promovendo um verdadeiro banho de sangue urbano em todos os períodos da TV aberta, rádio e jornal (MENA; VEGA, 2006).

Hopenhayn (2002) também compartilha de tal entendimento ao afirmar que:

[...] o aumento da insegurança cidadã não somente reflete os problemas de desintegração social, mas também reforça essa desintegração: enfraquece laços e sentimentos de pertença à comunidade ou à sociedade e debilita também as normas de confiança e reciprocidade próprias de uma cultura cívica (HOPENHAYN, 2002, p. 15).

A manipulação dos dados estatísticos sobre a violência com objetivos políticos é, sem dúvida, um aspecto que deve ser considerado quando se avalia a disseminação do medo, nesse sentido, o medo não é um resultado produzido naturalmente, mas condicionado a partir de variadas metodologias e objetivos fins. Sem dúvida, e como aponta a bibliografia analisada os grandes empreendimentos imobiliários se beneficiaram da disseminação generalizada do medo e da insegurança urbana.

Machado da Silva (2003) traz uma rica contribuição sobre o debate a respeito da luta contra a violência urbana e as vítimas desse sintoma, enfatiza que

apesar de as práticas políticas serem apoiadas em uma bateria de instrumentos legais, elas permanecem muito isoladas e fragilizadas continuando a depender da pressão social. Assim, as ações eficazes de combate à violência não surgirão com base em ações individuais e isoladas, mas sim, com a união de diferentes setores da sociedade e através dos investimentos no protagonismo social e coletivo.

O medo é, sem dúvida, um sentimento muito bem explorado para a construção de um discurso aterrorizador em torno das favelas/comunidades e do “outro”, se nas décadas passadas essas pessoas e grupos eram vistos e percebidos como parasitários ou pessoas socialmente desajustadas como postula Souza (2006), agora elas são percebidas como traficantes ou coniventes com dadas práticas criminosas etc. e boa parte desse contexto de terror se alicerça sobre o medo, principalmente, sobre o medo do outro. Conclui-se, portanto, que o processo de segregação, fragmentação e autosegregação socioespacial deve ser entendido como uma dimensão do poder, já que essas relações se dão a partir de uma perspectiva sociopolítica que está sempre presente e materializada por trás das forças que geram e produzem o gueto, a favela e outros territórios estigmatizados e violados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, S. **A gestão urbana do medo e da insegurança**: violência, crime e Justiça penal na sociedade brasileira contemporânea. São Paulo: FFLCH/Tese de Livre-Docência, 1996 (Mímeo).
- ADORNO, S. Democracia e pena de morte: as antinomias de um debate. In: CEM. Travessia: revista do migrante. São Paulo, v. 13, mai./ago. de 1992
- AMENDOLA, G. **La ciudad postmoderna**. Madri: Celeste, 2000 [1997], p. 19-97.
- ARENDT, H. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros**: crime segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo, Editora 34/Edusp, 400 p. 2000.
- DELUMEAU, J. **História do medo no Ocidente**: 1300 – 1800, uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- FRATTARI, N. F. **Insegurança**: as práticas e discursos do medo na cidade de Goiânia. Dissertação (mestrado), Universidade Federal de Goiás, 2009.
- FRY, K. DUARTE, F. **Auto-segregação e a gestão das cidades**. Ciências Sociais em perspectiva (5) 9, p. 109-119, 2006.
- GARLAND, D. **The culture of control**: crime and social order in contemporary society. Chicago: The University of Chicago Press, 2001.
- HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Trad. Flavio R. Kothe. Rio de Janeiro. Editora Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, J. **The theory of communicative action**. Vol 1. *Reason and the rationalization of society*. Boston, Beacon Press. 1984.
- HARVEY, D. **La construcción social del espacio y del tiempo**: Una teoria relacional. Conferência, 1994.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente**. Disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2013, p.21 – 64 e p.197 – 219.
- HOPENHAYN, M. A cidadania vulnerabilizada na América Latina. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 2002, 19(2), 5-18.
- HUGHES, P. J. A. Segregação socioespacial e violência na cidade de São Paulo: referências para a formulação de políticas públicas. **São Paulo Perspectiva**, 2004, 18(4), 93-102.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD Contínua**: Sensação de Segurança, 2022.
- LACERDA, N. Fragmentação e integração: movimentos de reestruturação espacial das metrópoles brasileiras. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres; LIMONAD, Ester; GUSMÃO, Paulo Pereira de. (Org.). **Desafios ao planejamento**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 21-42.
- LEFEBVRE, H. **The Production of Space**. Trad. D. Nicholson-Smith Oxford: Basil Blackwell, 1991.
- MACHADO DA SILVA, L. A. Cidadania, democracia e justiça social. Rio de Janeiro. **Encontro Nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana**. 2003.
- MENA, F. C; VEGA, J. N. **La inseguridad en la ciudad**: Hacia una comprensión de la producción social del miedo. *Eure*, XXXII (97), 7-16. 2006.
- MENDES, L. Cidade pós-moderna, gentrificação e a produção social do espaço fragmentado. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 13, n. 26, p. 473-495, 2011.
- MOTTA, E. M. P. L. Fragmenta o socioespacial: reflexões a partir de condomínios fechados e shopping centers em Belo Horizonte. In: **XVII Encontro Nacional da Associa o Nacional de Pós-Gradua o e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 2017, São Paulo. Anais do XVII Encontro

Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2017.

PERALVA, A. **Violência e democracia**: o paradoxo brasileiro. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PRÉVÔT, M. S. **Fragmentación espacial y social**: conceptos y realidades. Perfiles Latinoamericanos, Cidade do México, n. 19, p. 33-56, 2001.

QUEIROZ, I. S; LACERDA, N. Do espaço urbano sob a égide do medo à cidade que medra: representações sociais e práticas cotidianas num ambiente marcado pelo medo da violência urbana. XI **Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional-ANPUR**, p. 1-20, 2005.

SANTOS, M. **Metrópole corporativa fragmentada**. O Caso de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1990. 136 p.

SECHI, B. A cidade contemporânea e seu projeto. In: REIS Filho, Nestor, PORTAS, Nuno, TANAKA, Marta. **Dispersão urbana**. Diálogo sobre pesquisas Brasil-Europa. São Paulo: FAU, 2007, p. 111-139.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto/EDUFBA, 2007

SILVA, L. A. M. Cidadania, democracia e justiça social. Rio de Janeiro. **Encontro Nacional do Fórum Nacional de Reforma Urbana**. 2003. Recuperado em 15 de nov., 2006 de http://www.ibase.br/anexos/ibase_dvb_capitulo3.pdf

SOUZA, M. J. L. O narcotráfico no Rio de Janeiro, sua territorialidade e a dialética entre “ordem” e “desordem”. **Cadernos LAGET**, Rio de Janeiro, n.5, 1995, p. 47-66.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632 p.

SPOSITO, M. E. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani; SOUZA, Marcelo; SPOSITO, Maria Encarnação (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

SPOSITO, M. E. B; GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades**: insegurança urbana e fragmentação social. 1. Ed. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SWYNGEDOUW, E. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**. Rio de Janeiro: D, P.& A, 2001, p. 83-104.

Submetido em: 12 de setembro de 2022.

Aprovado em: 28 de junho de 2023.

Publicado em: 12 de julho de 2023.